



AOS TRABALHADORES DO MINISTÉRIO DA CULTURA

EXIGIMOS A NEGOCIAÇÃO DO CADERNO REIVINDICATIVO

A Federação reuniu com o novo Ministro da Cultura, no passado dia 16 de Junho, a quem fizemos entrega do Caderno Reivindicativo do trabalhadores do sector e manifestámos a necessidade da abertura do respectivo processo negocial.

Realçámos a urgência de ver negociadas todas as matérias por serem fundamentais para a dignificação dos trabalhadores e para o bom funcionamento dos serviços públicos.

Ficou acordada a marcação de uma reunião (ainda sem data) para ser dado início ao processo negociação.

INTEGRAÇÃO DOS 132 TRABALHADORES CONTRATADOS A TERMO INCERTO

O Ministro iniciou a reunião a assumir que esta questão está tratada com a Secretaria de Estado da Administração Pública - a norma do Código de Trabalho que prevê o fim da contratação ao fim de 6 anos de vigência não se aplica a esta situação – e que assim, o contratos destes trabalhadores vão ser renovados por mais uma ano e que entretanto vão ser abertos concursos com vista à sua integração nos mapas de pessoal.

A Federação irá continuar atenta ao desenvolvimento desta questão até à integração destes trabalhadores.

APLICAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DAS 35 HORAS

A Lei nº18/2016, de 20 de Junho, deverá ser cumprida a partir do dia 1 de Julho, sem qualquer restrição, de acordo com o que nos foi transmitido pelo Ministro da Cultura.

Desde já alertamos para que se os trabalhadores forem confrontados com alguma dificuldade no uso deste direito, agora reposto com a sua luta, devem contactar o respectivo sindicato, para a resolução do problema.

FIM PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO

Relativamente à municipalização de equipamentos culturais, a Assessora do Ministro para área dos museus, presente na reunião, não assumiu uma posição clara sobre o desenvolvimento deste processo, escudando-se na avaliação que está em curso, da gestão dos Museus de Lamego, Guarda e Aveiro municipalizados pelo anterior governo, através de contratos interadministrativos, mas não deixou de considerar que pode ser positiva a passagem de alguns museus para as autarquias, tendo em conta, sempre, as suas particularidades, nomeadamente, se são nacionais, regionais ou locais.

A Federação reafirmou o seu repúdio pela municipalização e por todos os processos que visem a privatização de estabelecimentos culturais, considerando que a Cultura é um serviço público e universal, conforme a Constituição da República e que tem de ser garantido pelo Governo e pelas suas estruturas descentralizadas.



A AUSÊNCIA DE SATISFAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES

A Federação reafirmou que é inaceitável o uso das dificuldades orçamentais do Ministério da Cultura, pretexto já usado por anteriores governos, para protelar constantemente a resolução dos problemas dos trabalhadores e o mau funcionamento dos serviços.

É urgente a resolução da falta de pessoal existente no Ministério da Cultura, dotando os mapas de pessoal de todos os serviços centrais e regionais com os postos de trabalho efetivamente necessários, a restituição da carreiras especiais, tendo em conta, as funções que têm que desempenhar, o fim das situações de polivalência existentes, a sistemática contratação precária e o recurso a trabalhadores desempregados (CEI), de forma abusiva e ilegal.

Já sem o Ministro na reunião, a Federação foi confrontada com a opinião dos seus assessores, de manifesta bondade relativamente ao recurso aos CEI e ao voluntariado, o que mereceu a nossa maior contestação.

Estes mesmos assessores, tentaram concentrar a discussão na Direcção-Geral do Património Cultural das situações de polivalência, da criação de carreiras especiais, do abono para falhas e da guarda e transporte de valores, bem como do regime de fardamento.

A Federação recusou de imediato e exigimos que todas estas reivindicações constantes do Caderno Reivindicativo entregue, têm de ser discutidas com o Ministro ou em quem este delegar a competência política para tal negociação. Estamos em presença de questões que afectam transversalmente todos os trabalhadores e todos os serviços do Ministério da Cultura, centrais e regionais.

PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO DE SERVIÇOS DO MINISTÉRIO DA CULTURA

Questionámos o Ministro sobre os processos iniciados pelo anterior governo, como o da privatização do “Eixo Cultural Belém-Ajuda”; da reestruturação, em desenvolvimento, no museu de Arte Antiga e da agora noticiada cedência a privados do património edificado pertença do Mosteiro de Alcobaca e também da actual situação, insustentável a todos os níveis, da Fundação do Côa, que a Federação defende que deve ser extinta, voltando a ser classificada como serviço da Administração direta do Estado.

O Ministro concordou com as posições da Federação, mas considerou que a questão orçamental tem um peso importante no Ministério da Cultura, e neste sentido, a participação das empresas, municípios, CCDR's e outros organismos, é fundamental, ainda que estes processos devam contar sempre com a orientação e o controle do Ministério da Cultura.

Segundo o Ministro, numa perspectiva manifestamente questionável, também os agentes privados fazem falta para preservar, conservar e desenvolver os Museus, Palácios e Sítios/ Parques arqueológicos.

Sobre o “Eixo Cultural Belém-Ajuda”, na opinião do Ministro, não se trata de uma privatização, mas sim de uma parceria para a gestão, composta pela DGPC, CML e Turismo, e outras entidades (não especificou!) mas, contrariamente ao que estava previsto no projeto do anterior governo, vai haver uma gestão solidária das receitas daqueles equipamentos culturais. E afirmou que os trabalhadores terão sempre salvaguardados os seus postos de trabalho e os seus direitos, enquanto trabalhadores em funções públicas.



Quanto à reestruturação do Museu de Arte Antiga, não se prevê a criação de uma empresa. O que está em estudo visa dotá-lo de autonomia administrativa e financeira, com o objetivo de melhorar o seu funcionamento e nada mais e que não terá qualquer efeito na situação contratual dos trabalhadores.

Sobre a anunciada cedência/aluguer do Mosteiro de Alcobaça para Hotel, afirmou que não é no Mosteiro, é num acrescento do Séc.XVIII que está sem utilidade e degradado mas está no perímetro do Mosteiro de Alcobaça. O projecto a concretizar, terá que ter um parecer da UNESCO e da ICOMOS .

Quanto à Fundação do Côa, contrariando a posição da Federação, o Ministro disse estar convencido que a melhor forma de gestão é esta. O que quer dizer que insiste no erro dos seus antecessores! Reconheceu que o parque arqueológico, que está numa situação muito grave, com dívidas acumuladas e falta de financiamento dos Fundadores da Fundação Côa Parque, ainda assim, defende o modelo fundacional.

Assumi que está trabalhar para resolver a situação e neste sentido, vai realizar-se uma reunião de um grupo de trabalho tripartido, composto pelos Ministérios do Ambiente, da Economia e da Cultura, para encontrar uma solução duradoura de financiamento.

Comprometeu-se a, na reunião já marcada com os delegados sindicais da Fundação, informar das decisões do grupo de trabalho e discutir com os trabalhadores todos os problemas. Afirmou que os seus direitos, independentemente do vínculo contratual, serão salvaguardados na solução encontrada. E garantiu, que já está para publicação, uma portaria que vem desbloquear as verbas para as Fundações.

A Federação alerta os trabalhadores para a necessidade de estarem informados e de se manterem mobilizados, para a necessidade de lutar em defesa dos seus direitos e pela satisfação das suas reivindicações.

Mantém-te informado e mobilizado!

Contacta o teu Sindicato!

Sindicaliza-te!

Julho/2016